

APROVAÇÃO DA ESTRUTURAL

Câmara Legislativa aprova projeto de lei que regulariza a Estrutural, a maior invasão do Distrito Federal. Governador Joaquim Roriz vai assinar proposta de José Edmar que legitima ocupação com cinco mil famílias próximo ao Parque Nacional de Brasília

Roriz oficializará a ilegalidade

Alberto Lima, André Garcia e Paola Lima

Da equipe do Correio

A Estrutural, maior invasão do Distrito Federal, se transformará em cidade. O governador Joaquim Roriz vai oficializar o projeto de lei do deputado distrital José Edmar (PMDB) que legaliza a favela. A proposta foi aprovada ontem à noite pela Câmara Legislativa com 15 votos favoráveis, duas ausências e sete votos contrários, entre eles os da bancada do PT. Depois de uma reunião com a executiva regional do partido, os deputados petistas desistiram de apresentar emendas e votaram contra a proposta.

Quase três anos depois de ter vetado projeto do mesmo José Edmar que regularizava a Estrutural, Roriz está decidido a mudar de posição. Vai assinar a lei aprovada pela Câmara Legislativa apesar do alerta dos secretários de Habitação e de Meio Ambiente de que o governo ainda não dispõe de estudos técnicos e ambientais que comprovem a viabilidade da criação de uma cidade na área. O governador aproveitará a proximidade das eleições e o deslize do PT, que cogitou em contribuir na aprovação do projeto, para sancionar a lei.

Quando entrar em vigor, a lei vai autorizar a permanência do invasor na Estrutural, desde que more no barraco há pelo menos cinco anos e não seja proprietário de outro terreno no DF. Antes da votação, a bancada do governo apresentou emenda que limita a ocupação aos moradores com família estabelecida. A invasão tem cinco mil famílias, mas nem a Câmara nem o governo sabem ainda quantas pessoas serão beneficiadas.

Na tentativa de adequar o projeto a exigências ambientais, outra emenda da bancada do governo estabeleceu uma zona de proteção, que manterá uma distância de 300 metros entre o assentamento e o Parque Nacional de Brasília. Terminou por aí a preocupação com os prejuízos que a regularização da Estrutural causará ao meio ambiente e ao abastecimento de água.

Quatorze deputados da base do governo e o opositor Alfrido Neto (PPS) ignoraram os avisos de ambientalistas, arquitetos, do Ministério Público contra a fixação definitiva dos

Nehil Hamilton



MORADORES DA ESTRUTURAL COMEMORAM APROVAÇÃO DO PROJETO: MANIFESTANTES XINGARAM DEPUTADOS CONTRÁRIOS À PROPOSTA DE JOSÉ EDMAR

invasores. A preocupação é que a Estrutural termine por contaminar as nascentes do Parque Nacional, responsáveis pelo abastecimento de água de um terço de população do DF.

Os parlamentares não se incomodaram com a ausência de um Estudo de Impacto Ambiental da área. É esse estudo que aponta os riscos da criação de uma cidade para o meio ambiente. Sem ele, o governo não pode autorizar novos setores habitacionais. "Se o projeto vai resolver as questões ambientais da Estrutural eu não sei, mas é impossível remover as pessoas", declarou após a votação o líder do governo na Câmara, Benício Tavares (PTB).

Também não foram incluídas na proposta medidas de proteção à população em relação ao políduto da Petrobras que passa próximo à invasão. Nem a garantia de que o aterro sanitário, onde se despeja lixo diariamente, será retirado da Estrutural.

XINGAMENTOS

Oitocentos moradores da Estrutural foram à Câmara Legislativa para acompanhar a sessão de ontem (leia

O QUE FOI APROVADO

■ A vila Estrutural ficará a uma distância mínima de 300 metros dos limites do Parque Nacional de Brasília.

■ Os lotes residenciais com área inferior a 250 m² serão entregues aos atuais ocupantes, por meio de uma concessão especial de uso. Isto é, os invasores receberão o título do lote, de graça.

■ Terão direito aos lotes aqueles que estiverem no local há mais de cinco anos (a

contar de 30 de junho de 2001), não forem donos ou concessionários de outros imóveis urbanos ou rurais e que não foram atendidos por outros programas habitacionais do governo. Terão prioridade os ocupantes brasilienses e que tenham família constituída.

■ No caso dos lotes comerciais e institucionais, os donos poderão conseguir a autorização de uso, gratuita, desde que estejam no local há mais de cinco anos.

materia na página 8). Separados dos deputados por uma parede de vidro, mais de 150 invasores lotaram as galerias da Câmara. Vestidos de azul, cor adotada por Roriz na campanha, e com camisas e bandeiras com a mensagem *Autonomia para a Estrutural*, eles alternaram momentos de aplausos, vaias, gritos e xingamentos à medida que os parlamentares se revezavam em pronunciamentos no plenário.

Aos distritais que defendiam o projeto, o apoio. Aos que o condenavam, o protesto. "Esses sinais indecentes que vocês fazem aí, levem pra mãe de vocês", reclamou César Lacerda (PTB), o único dos 16 governistas que votou contra a proposta de regularização. Orientados pelos assessores de José Edmar — entre eles Gerardo Pereira, o Gerardinho, apontado como um sucessor do depu-

tado —, os invasores deram as costas aos integrantes da bancada do PT, que, em bloco, rejeitaram o projeto.

Às 20h10, a Câmara Legislativa aprovou a regularização da Estrutural. A festa dos moradores começou logo em seguida. Centenas de pessoas em frente à Câmara davam o grito de vitória: "A Estrutural é nossa". Elas só arredaram o pé de lá depois de ouvir o discurso do deputado José Edmar (PMDB). De cima do carro de som, Edmar prometeu visitar hoje a mais nova cidade do Distrito Federal. "Vocês podem esperar. Vou mandar imprimir a lista dos deputados que votaram a favor do povo e distribuir para todos vocês amanhã (hoje)", assegurou.

Os festejos continuaram na Estrutural. Cerca de 200 pessoas reuniram-se na entrada principal da cidade. O céu nunca ficou tão estrelado, por conta das fogos de artifício. Não faltou forró e lambada no carro de som. "Vamos comemorar até o Natal, sem parar", dizia, toda eufórica, a vendedora Maria Augusta de Souza, 59 anos.

COLABOROU MARCELO ROCHA

PT muda na última hora

Carolina Nogueira
Da equipe do Correio

A indefinição do PT no processo que culminou na aprovação do projeto que regulariza a Estrutural se estendeu até o dia da votação. No início da tarde de ontem, antes do início da sessão na Câmara Legislativa, a Executiva regional do partido convocou uma reunião extraordinária para reavaliar sua postura e garantir a votação contrária ao projeto.

Era uma tentativa de última hora de corrigir o discurso. Na segunda-feira, a Executiva regional divulgou uma nota oficial na qual recomendava aos distritais a apresentação de emendas caso o projeto fosse votado. Até a noite de terça-feira, pelo menos três dos cinco deputados do partido admitiam votar a favor do projeto, desde que fossem feitas emendas.

Pressionado pela opinião pública, o partido mudou sua posição. Sob nova orientação, toda a bancada decidiu votar contra a proposta de José Edmar.

O encontro que decidiu a mudança teve a participação do ex-governador Cristovam Buarque e do candidato do partido ao Burity, deputado federal Geraldo Magela. "Estava disposto até a ligar a cada um dos deputados para conversar sobre o assunto", afirmou Cristovam. Durante seu governo, ele determinou a retirada de pelo menos 400 famílias da Estrutural.

O líder do partido na Câmara Legislativa, Chico Floresta, concorda com a posição de Cristovam Buarque. "Como ex-secretário de Meio Ambiente, sempre fui contra a instalação daquela população naquele lugar".

A unidade de votos registrada ontem no plenário não significa, no entanto, que os petistas se entenderam sobre o assunto. Apesar de ter votado contra, o distrital Paulo Tadeu disse ser favorável à permanência da Estrutural. "Quem é que vai conseguir tirar aquele pessoal de lá? Deixar como está é pior, com fossas sépticas, sem controle de quantas pessoas moram lá dentro. Defendo que seja feito um projeto urbanístico decente", afirmou.

APROVAÇÃO DA ESTRUTURAL

Dos 24 deputados distritais, 15 votaram a favor do projeto, 7 contra e dois faltaram à sessão que definiu o resultado. A bancada do PT recuou e disse não à proposta depois de muita discussão. Na véspera, o partido admitia aprová-la

QUEM VOTOU A FAVOR

"Estou obedecendo a uma determinação do governador, que me mandou fazer o projeto. A nossa bancada teve a preocupação de tomar todos os cuidados necessários para a regularização da Estrutural. Há muita mentira dita por aí. Não há nenhuma possibilidade da ocupação prejudicar o Parque Nacional de Brasília. E, na hora de regularizar a situação dessas pessoas, também não há problema nenhum em se atender os critérios do Idhab, como os deputados exigiram. O que nós temos é que resolver o problema desse povo. Eu também queria agradecer à bancada do governo pelo voto. E dizer que a covardia do PT, de ter voltado atrás na posição de votar a favor, novamente aparece em uma votação."



JOSÉ EDMAR
PMDB



LEONARDO PRUDENTE
PMDB



NIJED ZAKHOUR
PMDB



GIM ARGELLO
PMDB



SILVIO LINHARES
PMDB



ANILCÉIA MACHADO
PSDB



JOSÉ RAJÃO
PSDB

"Eu votei com convicção porque tive a garantia dos técnicos da Caesb de que não há risco de contaminação das nascentes. Além disso, redefinimos a poligonal da área, afastando-a do início do Parque Nacional de Brasília."

"É injusto com as outras pessoas que esperam por um lote dentro dos critérios estabelecidos pelo governo, mas é impossível manter a situação do jeito que está. A Estrutural precisa de uma solução urgente."

"A Estrutural existe há anos e nunca fizeram um estudo de impacto ambiental na área. Por quê? Será que ninguém estava vendo a invasão? Esse povo é de verdade, está sofrendo e precisa de uma solução definitiva."

"Se existisse outra solução para a Estrutural, eu votaria contra. Se houvesse uma forma pacífica e satisfatória de retirar as cinco mil pessoas que estão lá hoje. Sou a favor porque não temos para onde mandar todo esse povo."

"Fiquei mais tranqüila para votar depois de saber que foram encontradas alternativas que tornam possível contornar a situação ambiental na área, principalmente em relação à questão do esgotamento sanitário."

"Por que não podemos dar aos pobres condições para que eles melhorem de vida? Esse é o momento político para resolver essa situação e de melhorar a qualidade de vida daquele povo."



WILSON LIMA
PSD

"Se a Estrutural fosse condomínio de rico, todos os deputados já teriam regularizado. Os problemas ambientais causados pela invasão podem ser contornados. Estamos votando conscientes."



JOSÉ TATICÍO
PSD

"Se fosse invasão de rico a Estrutural já teria sido regularizada. Nós temos que olhar pelo nosso povo. Ele é muito mais importante do que o meio ambiente. Se eu pudesse, dava sozinho ao projeto os 24 votos favoráveis."



CARLOS XAVIER
PSD

"Com a emenda ao projeto, deixamos claro que só terão direito aos lotes os ocupantes que obedecerem aos critérios da lista do Idhab, e que a área ocupada ficará afastada do Parque Nacional. Isso resolve os problemas da regularização."



AGUINALDO DE JESUS
PFL

"Meu voto foi favorável porque nunca se conseguiu tirar ninguém dali. Tem que regularizar e resolver o problema, preservando o meio ambiente. O que não pode é continuar aquela coisa horrível que está lá."



ALIRIO NETO
PPS

"Os danos ambientais causados pelo aterro sanitário da Estrutural e pelo setor de indústria recém-criado no local são muito maiores do que os danos decorrentes de um assentamento urbano."



BENÍCIO TAVARES
PTB

"É impossível remover esse povo da Estrutural. Isso já foi tentado em governos anteriores. Só defendemos que a regularização seja feita de forma correta. Mas o que pesa mesmo é o critério político."



JOÃO DE DEUS
PPB

"Nós precisamos dar um destino para aquilo lá. Ou então, vai entrar governo, sair governo, e aquele povo não terá uma solução. Nos últimos anos, a Estrutural só fez crescer."



JOÃO CARLOS MEDEIROS
PPB

"Os condomínios também são invasões e, mesmo assim, foram regularizados. O que vemos no caso da Estrutural é discriminação com essas famílias. Só tenho uma ressalva: não podemos deixar a impressão de que se consegue lote."

QUEM ESTAVA AUSENTE

CÉSAR LACERDA (PTB)

"O deputado, presente na Câmara Legislativa, saiu do plenário durante a votação. Contrário à proposta de regularização da invasão, Lacerda não quis votar contra sua bancada. Voltou logo depois de encerrada a votação."

JORGE CAUHY (PFL)

"Favorável ao projeto, Cauhy chegou a participar do primeiro turno da votação. O atraso na sessão, porém, fez com o que o deputado tivesse de ir embora do plenário antes da votação em segundo turno e redação final do projeto."

QUEM VOTOU CONTRA

■ *Lúcia Carvalho (PT)*

■ *Maria José Maninha (PT)*

■ *Chico Floresta (PT)*

■ *Paulo Tadeu (PT)*

■ *Wasny de Roure (PT)*

■ *Rodrigo Rollemberg (PSB)*

■ *Renato Rainha (PL)*

APROVAÇÃO DA ESTRUTURAL

Mobilização de moradores começou com caminhada de 15 km até a Câmara, debaixo de sol forte. Invasores tiveram direito a ônibus pirata, bandeira azul e sanduíche de mortadela. Depois, festa

Nehil Hamilton



NA VIA EPIA, ENTRE A ESTRUTURAL E A CÂMARA LEGISLATIVA, INVASORES AGITAVAM BANDEIRAS DE POLÍTICOS E PROVOCAVAM ENGARRAFAMENTO. OUTROS FORAM DE ÔNIBUS

Pressão sob encomenda

Sheila Messerschmidt
Da equipe do Correio

Pés descalços, bandeiras azuis em punho e alegria no rosto. A alvorada para 300 moradores da Estrutural foi uma caminhada de 15 km, iniciada às 8h10, entre a invasão e a Câmara Legislativa. Debaixo de sol, sob uma temperatura de mais de 30 graus, eles acamparam no gramado em frente à Casa para pressionar os parlamentares e acompanhar de perto a votação do projeto que regularizava a favela.

O deputado José Edmar (PMDB), que tem na Estrutural boa parte de seu eleitorado, não só patrocinou o lanche e o transporte de quem não pôde enfrentar o asfalto, como acompanhou o percurso a pé. Vestindo calça jeans surrada, ele encarou com desenvoltura o papel de organizador da fila indiana que se formou à margem da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA). A manifestação deixou o trânsito engarrafado em metade da pista.

Edmar providenciou bandeiras azuis e adesivos com o no-

me do governador Joaquim Roriz, como numa campanha eleitoral. Ele já demonstrava confiança quanto ao escore da votação, dizendo aos moradores que o projeto teria apenas três votos contrários. "Doze de dezembro vai entrar para a história de Brasília", vibrava.

Depois de duas horas e quarenta minutos, os manifestantes chegaram à Câmara. Eles se uniram aos moradores que foram nos dois ônibus que estavam a serviço de Edmar. Segun-

INVASORES RIVAIS

Os manifestantes da Estrutural tiveram de dividir o espaço em frente à Câmara Legislativa com outros invasores. Há dois meses, 400 pessoas vindas de Ceilândia armaram barracos no local para pressionar os deputados a aprovarem um projeto que cria uma nova quadra na cidade, a QNR 2, com 5 mil novos lotes. No meio da tarde, surgiu o boato de que haveria quebra-quebra caso o projeto de José Edmar não fosse aprovado. Os invasores de Ceilândia chegaram a se organizar para defender seus barracos.

do a Comissão Pró-Estrutural - Estatuto da Cidade, que organizou os moradores, cerca de duas mil pessoas aguardavam lugares nos ônibus para ir até a Câmara no início da manhã. Até a hora da votação do projeto, 800 pessoas estavam em frente à sede do Legislativo, segundo a Polícia Militar.

ORAÇÃO

Abaiana Rosália Maria de Sousa, 45 anos, foi prevenida. Além do lanche na marmita, levou uma coberta para estender no gramado, à sombra, para aguardar a votação. Sobre o lençol, três netos, uma filha e a irmã. Todos invasores da Estrutural. "Mas cada um tem seu lote", fez questão de explicar. É a segunda vez que Rosália vai à Câmara acompanhar uma votação de regularização da Estrutural. "Dessa vez, quem votar contra não tem segurança que agüente. Vamos pra cima", ameaçava.

Rosália vive num bar-

raco de madeirite e, assim como a comerciante Francisca Fernandes, 34 anos, pretende construir uma casinha de alvenaria depois que a invasão for regularizada. Elas temem não ficar no terreno que ocupam. Em seu lote, Francisca montou uma loja de roupas e calçados, produtos que traz de Goiânia diretamente para a Estrutural. Contou, orgulhosa, que sua igreja evangélica estava nos últimos dias em "campanha de oração" pela aprovação do projeto.

Com o apoio de um carro de som, os manifestantes cantaram o Hino Nacional, rezaram o Pai Nosso — para "iluminar os parlamentares" — e fizeram um minuto de silêncio em homenagem às pessoas que morreram em confrontos com a polícia na Estrutural. Às 14h, uma van chegou à Câmara com sanduíches de mortadela e refresco de uva, providenciados pelo mesmo José Edmar.

O atraso no início da sessão causou revolta. Marcada para 15h, só começou uma hora e meia depois. O carro de som anunciou que haveria espaço para 150 pessoas acompaña-

rem a votação. Fila e confusão em frente à entrada do prédio. Não foi permitida a entrada de pessoas com bandeiras.

Quem não conseguiu lugar ficou junto ao portão, acompanhando o resultado. A cada voto, aplausos ou gritos com ofensas aos deputados que anunciavam voto contrário à regulamentação da Estrutural. Doze policiais do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM) reforçaram a segurança.

Quando a noite caiu, tudo virou festa. Forró no carro de som e dezenas de casais dançando, apesar do cansaço de um dia de vigília. Antes mesmo do final da votação, os manifestantes começaram a ir embora. Mais um lanche foi distribuído antes da partida.

Às 20h, quatro ônibus apinhados de gente fizeram o transporte de volta para a Estrutural. Os policiais militares organizaram a entrada nos veículos para evitar tumulto. A comemoração estava marcada para mais tarde, na "Cidade Estrutural", com direito a fogos e discurso de José Edmar.

COLABOROU MARCELO ROCHA

SEIS ANOS DE TENTATIVAS

MAIO DE 1995

■ O deputado distrital José Edmar, na época filiado ao PSDB, apresenta um projeto de lei que cria a Cidade Estrutural. A invasão já tinha mais de mil famílias.

JUNHO DE 1995

■ A Câmara Legislativa aprova o projeto de Edmar. A invasão cresce ainda mais. O governador Cristovam Buarque veta o projeto aprovado na Câmara. Ele leva em consideração as questões ambientais e a situação irregular dos ocupantes da área.

AGOSTO DE 1995

■ Os deputados distritais mantêm o veto de Cristovam. A votação no plenário sai empatada, com 11 votos a favor do veto e 11 votos contra. Para ser regularizada, a invasão precisava de 13 deputados votando contra o veto.

NOVEMBRO DE 1996

■ Já no PMDB, José Edmar apresenta um novo projeto para criação da cidade. A proposta é uma cópia do projeto anterior. Nem chegou a ser votada.

DEZEMBRO DE 1996

■ Mais uma vez, José Edmar tenta legalizar a situação dos invasores. Dessa vez, propôs uma alteração no projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano (PDOT), para que parte da invasão fosse regularizada. Também não conseguiu convencer os parlamentares.

MARÇO DE 1999

■ Em seu terceiro mandato, Edmar apresenta um projeto que cria a Vila Operária, exatamente na área da invasão. O projeto é aprovado por unanimidade na Câmara Legislativa, com 17 votos a favor e sete ausências.

ABRIL DE 1999

■ O governador Joaquim Roriz veta a proposta de regularização da Estrutural. É o primeiro veto do seu governo. Roriz precisou negociar com a bancada governista, prometendo outros programas de moradia, para manter o veto. A Câmara mantém o veto.

POVO FALA

PROJETO DE LEI
VOCÊ CONCORDA COM A REGULARIZAÇÃO DA INVASÃO DA ESTRUTURAL, APROVADA ONTEM PELA CÂMARA LEGISLATIVA?

MARIA DO SOCORRO NERI DE SOUZA

Estudante, 20 anos



Fotos: Sérgio Amaral

“Acho que tem de retirar aquele pessoal da Estrutural e colocá-los em outra área. Aquela região está dentro de área de proteção ambiental, não pode ter uma cidade ali dentro. Não precisa deixar as pessoas desassistidas, basta arrumar um lote em outro local. O governo só não resolve se não quiser”.

HERIVELTO PEREIRA DE ANDRADE

Professor, 45 anos



“Uma cidade como Brasília não merece um governo como esse. A mando do governo, o povo invade para depois ganhar a regularização, em troca de favores eleitorais. É um projeto eleitoral. Sua aprovação só evidencia a distorção que é a existência de um Legislativo no DF”.

LUZIA DA SILVA VIEIRA

Auxiliar de cozinha, 36 anos



“As pessoas que já estão lá devem ficar e ter o direito à posse da terra. Eles lutaram muito para conseguir aquele espaço. O governo, agora, tem de se esforçar para dar condições para o povo morar bem — mais segurança e uma boa infra-estrutura”.

SINÓLIA BRITO

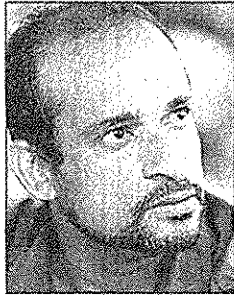
Balconista, 26 anos



“Aquela população deve ficar lá mesmo. Posso apostar que ninguém está instalado naquela região porque quer, quem está lá é porque precisa. Não dá para acreditar nessas propostas de retirar o povo e instalar em outro local. Se tem essa proposta de regularizar, o povo tem de se agarrar a ela”.

HILTON MOURA

Agente de viagens, 41 anos



“Se retirarem aquele povo dali para colocar empresa, como está previsto inicialmente, o que vai acontecer? Eles vão degradar muito mais o meio ambiente. Uma indústria polui mais que uma casa. Isso sem falar que a população de lá já tem uma história. Eles merecem ter a terra regularizada”.

APROVAÇÃO DA ESTRUTURAL

Organizações não-governamentais e Ministério Público condenam a aprovação do projeto e ameaçam entrar com ações judiciais contra a lei

Ecologistas criticam

Carolina Nogueira
 Da equipe do Correio

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília, órgão consultivo do Governo do Distrito Federal (GDF), vai recomendar ao governador Joaquim Roriz o veto ao projeto que regulariza a invasão da Estrutural. “É inacreditável que esse assunto tenha sido tratado antes da realização de um estudo ambiental amplo naquela área”, indignou-se o conselheiro Carlos Pontes.

Os ambientalistas também consideram ilegal a regularização

da invasão sem o estudo prévio de impacto ambiental exigido pela Constituição Federal. Eles argumentam ainda que uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) protege um raio de 10 km em volta de unidades de conservação.

É o caso da Estrutural, que fica ao lado do Parque Nacional de Brasília. De acordo com a resolução, a direção do parque tem que ser consultada antes da aprovação de qualquer medida que cause impacto ambiental na área.

“Isso que foi aprovado é uma

lei de papel. A Estrutural continua sendo irregular na medida em que fica em um lugar irregular”, reagiu o procurador de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Federal, Alexandre Camanho. Ele criticou a falta de embasamento técnico do projeto aprovado. “Essa emenda que fixou uma área-tampão de 300 metros entre a invasão e o Parque Nacional não diz nada. O que são 300 metros para uma unidade de conservação de mais de 30 mil hectares?”, disse.

O Ministério Público e orga-

nizações não governamentais estudam entrar com ações na Justiça Federal contra a regularização. “Esses deputados votaram pensando apenas no voto. Essa aprovação apenas reforça a necessidade de o governo federal criar mecanismos de controle ambiental para o DF”, disse João Arnolfo Carvalho, conselheiro do Fórum de ONGs Ambientalistas.

Ele se referia ao projeto, em estudo na Presidência da República, que cria uma grande Área de Proteção Ambiental (APA) no Distrito Federal.